

No. 36808

**Brazil
and
Argentina**

Agreement between the Federative Republic of Brazil and the Argentine Republic on the functioning of the São Borja-Santo Tomé Unified Border Centre. Brasília, 10 November 1997

Entry into force: *28 March 2000 by notification, in accordance with article XVI*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 25 July 2000*

**Brésil
et
Argentine**

Accord entre la République fédérative du Brésil et la République argentine relatif au fonctionnement du Centre unique frontalier de São Borja-Santo Tomé. Brasília, 10 novembre 1997

Entrée en vigueur : *28 mars 2000 par notification, conformément à l'article XVI*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 25 juillet 2000*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA
ARGENTINA PARA O FUNCIONAMENTO DO CENTRO ÚNICO DE
FRONTEIRA SÃO BORJA-SANTO TOMÉ

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Argentina
(doravante denominados Partes Contratantes),

Tendo em vista a necessidade de estabelecer regras adicionais ao Acordo de Recife e normas complementares para o funcionamento do Centro Unificado de Fronteira da Ponte Internacional São Borja-Santo Tomé,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

Para os efeitos do presente Acordo:

- a) “Centro Unificado de Fronteira” - CUF - significa a área delimitada conforme o Contrato Internacional de Concessão, sediado do lado argentino, contíguo à Ponte Internacional São Borja-Santo Tomé, para fins de controle de ingresso e saída de pessoas, mercadorias e meios de transporte, bem como para a prestação de serviços correlatos (públicos ou privados);
- b) o Centro Unificado de Fronteira compreende a Área de Controle Integrado e demais instalações, em conformidade com o Contrato Internacional de Concessão;
- c) Considera-se alfandegada a área do Centro Unificado de Fronteira;

d) “Área em Concessão” significa a área definida no Contrato Internacional de Concessão.

ARTIGO II

O ingresso, trânsito e saída dos trabalhadores contratados pelas empresas privadas que prestem serviços no Centro Unificado de Fronteira será autorizado pela COMAB de acordo com a área de exercício da atividade do trabalhador, mediante solicitação do Concessionário.

ARTIGO III

O acesso ao Centro Unificado de Fronteira dos funcionários públicos das Partes Contratantes, para o exercício de suas funções, observará o disposto no Acordo de Recife.

ARTIGO IV

É livre o trânsito de todo o pessoal do Concessionário e de seus subcontratados, desde que devidamente credenciados, dentro da Área em Concessão, para o exercício de suas atividades, segundo as normas do regulamento de operação da Concessão.

Parágrafo único. Na Área de Controle Integrado, o disciplinamento da entrada, permanência e movimentação de pessoas ficará a cargo dos órgãos coordenadores das Partes Contratantes, nos termos da Resolução MERCOSUL/GMC nº 03/95.

ARTIGO V

No CUF ficará delimitado o espaço exclusivo brasileiro e o argentino, os quais estarão situados em ambos os lados do “Ponto de Fronteira” de acordo com o desenho aprovado pela COMAB. No espaço exclusivo brasileiro se estenderá a jurisdição tributária, previdenciária e de direito trabalhista da República Federativa do Brasil à atividade econômica privada que se desenvolva nas “Zonas de Serviços Privados”, na medida em que tais serviços sejam autorizados a exercer suas atividades pela COMAB e sejam necessários para o desenvolvimento normal das tarefas realizadas no CUF.

ARTIGO VI

1. Para fins de aplicação dos tributos indiretos incidentes sobre os serviços prestados pelo concessionário, ou por quem os preste em seu lugar, no âmbito do CUF, aplicar-se-á a legislação do país de procedência correspondente ao fluxo de veículos dos clientes ou usuários, na medida em que os citados serviços tenham como objeto satisfazer necessidades dos usuários e pelos quais se receba um pagamento por parte daqueles.

2. Nos casos em que as prestações de serviços não cumpram os requisitos anteriormente indicados, serão tributadas de acordo com a legislação de seu país de residência (pessoas físicas) ou onde tenham as empresas seu domicílio fiscal (pessoas jurídicas).

3. Para a aplicação dos tributos diretos que corresponda tributar ao Concessionário, estes serão circulados conforme a legislação tributária específica da República Argentina, distribuindo-se a arrecadação obtida na razão de cinquenta por cento para cada Parte.

4. Para a aplicação, fiscalização, recepção e arrecadação dos tributos referidos no parágrafo anterior - incluindo as sanções que possam corresponder - aplicar-se-á a legislação tributária vigente na República Argentina.

ARTIGO VII

É livre a contratação por parte do Concessionário ou de seus subcontratados, de pessoas físicas residentes nos Estados Parte, para que prestem serviços na área em concessão.

Parágrafo 1º: Aplicar-se-á a legislação trabalhista e tributária do Estado Parte no qual o empregador tenha seu domicílio fiscal, independentemente da nacionalidade do trabalhador.

Parágrafo 2º: No que tange à Previdência Social, observar-se-á o disposto no Acordo de 20 de agosto de 1980, para trabalhadores residentes em um país diferente daquele de seu empregador, até que seja regulamentada a matéria. Vencido o prazo de dois anos autorizados pelo referido Acordo sem que tenha sido regulamentada a matéria, será obrigatório para o empregador assegurar ao trabalhador o efetivo pagamento dos aportes previdenciários.

ARTIGO VIII

Os trabalhadores que exerçam suas funções no CUF, seja qual for sua nacionalidade, deverão ter sua residência temporária ou permanente no país limítrofe ou no país sede.

ARTIGO IX

Os trabalhadores ingressarão no CUF em condições migratórias especiais, conforme disposições estabelecidas pelas autoridades competentes das Partes Contratantes, com o único e exclusivo objetivo de cumprir seus contratos de trabalho dentro do perímetro do CUF, retornando a seu país de residência ao fim da jornada de trabalho.

ARTIGO X

Os trabalhadores poderão beneficiar-se das condições migratórias especiais referidas no Artigo anterior durante a vigência dos respectivos contratos para trabalho.

ARTIGO XI

Durante o prazo da Concessão, o ingresso, a circulação e a saída de veículos, equipamento e materiais de propriedade do concessionário, de seus subcontratados e de pessoas físicas ou jurídicas que exerçam atividades no CUF, oriundos do Brasil, da Argentina ou de terceiros países, devem ser ingressados mediante procedimentos simplificados e pelo regime de admissão temporária, conforme certificado pela COMAB/DELCON.

Parágrafo 1º: Os bens, materiais e equipamentos que sejam incorporados de forma definitiva ao patrimônio da concessão estarão livres de quaisquer ônus de importação.

Parágrafo 2º: Ao final do período de Concessão, os bens que não sejam incorporados ao patrimônio da concessão ou que retornarem para qualquer dos Estados Partes, se destes não forem originários, estarão sujeitos aos procedimentos de uma importação cimum.

ARTIGO XII

Não será de aplicação o estabelecido no Artigo anterior para os bens procedentes de terceiros países destinados à comercialização, os quais devem ingressar com os tributos que afetam à importação cumprindo com as formalidades do despacho aduaneiro.

ARTIGO XIII

A COMAB, atuará como ligação entre o Concessionário e os organismos coordenadores indicados na Resolução GMC 03/95, para assegurar os meios necessários para o funcionamento do CUF.

ARTIGO XIV

1. As Partes Contratantes comprometem-se a incentivar a instalação de instituições bancárias no CUF. As instituições que sejam indicadas pelas autoridades administrativas de qualquer das Partes Contratantes ficarão autorizadas a instalar-se no CUF.

Parágrafo 1º: As referidas instituições estarão submetidas aos regulamentos dos Bancos Centrais de seus respectivos países, relativos a todas as operações bancárias ligadas ao tráfego internacional de mercadorias, às operações de comércio internacional e ao transporte internacional de bens e pessoas e a operações correlatas a serem desenvolvidas no CUF, ficando assim obrigados a instrumentar a sua operação diariamente, em caráter ininterrupto.

Parágrafo 2º: O pagamento de contribuições, tributos, gravames, taxas, que se deva realizar conforme a legislação das Partes Contratantes, poderá ser efetuado na sucursal dos bancos Brasileiros ou Argentinos localizados no CUF.

Parágrafo 3º: É livre a circulação de valores monetários praticados por prestadores de serviços ou comerciantes estabelecidos no CUF.

2. Para fins de controle e requerimentos de registros das pessoas jurídicas que atuem dentro do CUF, aplicar-se-ão as normas correspondentes ao país de constituição destas.

ARTIGO XV

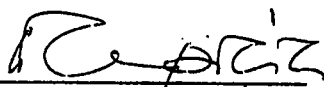
Qualquer comunicação que se produza dentro do CUF com os territórios dos países sede e limítrofe, será considerada comunicação interna de cada país. Para esse efeito, as empresas de comunicação do país limítrofe ficam autorizadas a instalar os meios necessários a propiciar a comunicação no CUF.

Parágrafo único: O disposto na parte final deste Artigo abrange as comunicações telefônicas, de satélite e de rádio.

ARTIGO XVI

Cada uma das Partes notificará a outra o cumprimento das formalidades internas necessárias à entrada em vigor do presente Acordo, cuja vigência terá início na data da última dessas notificações.

Feito em Brasília, em 10 de novembro de 1997, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
Luiz Felipe Lampreia
Ministro de Estado das
Relações Exteriores


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
ARGENTINA
Guido di Tella
Ministro das Relações
Exteriores

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

ACUERDO ENTRE
LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL
Y
LA REPUBLICA ARGENTINA
PARA EL FUNCIONAMIENTO DEL CENTRO UNICO DE
FRONTERA SANTO TOME - SAO BORJA

El Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República Argentina, en adelante “las Partes Contratantes”.

VISTO, la necesidad de establecer reglas adicionales al Acuerdo de Recife y Normas Complementarias para el funcionamiento del Centro Unificado de Frontera del Puente Internacional Sao Borja- Santo Tomé.

Acuerdan lo siguiente:

ARTICULO I

A los efectos del presente Acuerdo:

a) “Centro Unificado de Frontera” -CUF-, significa el área delimitada conforme al Contrato Internacional de Concesión, situado del lado Argentino, contiguo al Puente Internacional Sao Borja Santo Tomé, para fines de control de ingreso y salida de personas, mercaderías y medios de transporte, así como para la prestación de servicios análogos (públicos o privados);

b) El Centro Unificado de Frontera comprende el Area de Control Integrado y demás instalaciones, en conformidad con el Contrato Internacional de Concesión.

c) Se considera aduanera el área del Centro Unificado de Frontera;

d) "Area de Concesión" significa el área definida en el Contrato Internacional de Concesión.

ARTICULO II

El ingreso, tránsito y salida de los trabajadores contratados por las empresas privadas que presten servicios en el Centro Unificado de Frontera, será autorizado por la COMAB según el área de ejercicio de la actividad del trabajador mediante solicitud del concesionario.

ARTICULO III

El acceso al Centro Unificado de Frontera de los Funcionarios públicos de las Partes Contratantes, para el ejercicio de sus funciones, observará lo dispuesto en el Acuerdo de Recife.

ARTICULO IV

El tránsito de todo el personal del Concesionario y con quienes éste contrate es libre, siempre que estén debidamente acreditados, dentro del área de concesión, para el ejercicio de sus actividades según las normas del reglamento de operación de la Concesión.

Párrafo Unico. En el Area de Control Integrado, la disciplina de entrada, permanencia y movimiento de personas quedará a cargo de los órganos coordinadores de las Partes Contratantes, en los términos de la Resolución Mercosur/GMC Nro 3/95.

ARTICULO V

En el CUF quedará delimitado el espacio exclusivo argentino y brasileño, los que se extenderán a ambos lados del "Punto de Frontera" de conformidad con el plano aprobado por la COMAB. En el espacio exclusivo brasileño se extenderá la jurisdicción tributaria, previsional y del derecho del trabajo de la República Federativa del Brasil a la actividad económica privada que se desarrolle en las "Zonas de Servicios Privados", en la medida que dichos servicios fueran autorizados a ejercer sus actividades por la COMAB, y resulten necesarios para el normal desenvolvimiento de las tareas desarrolladas en el CUF.

ARTICULO VI

A los fines de la aplicación de los tributos indirectos incidentes sobre los servicios prestados por el concesionario o por quienes los presten en su lugar en el ámbito del CUF se aplicará la legislación del país de procedencia correspondiente al flujo de vehículos de los clientes o usuarios, en la medida que los indicados servicios tuvieran como objeto satisfacer necesidades de los usuarios por las cuales se percibiere una contraprestación por parte de los mismos.

En los supuestos que las prestaciones de servicios no cumplieran los requisitos indicados precedentemente tributarán de conformidad con la legislación de su país de residencia (personas físicas) ó donde tuvieran la dirección efectiva de la empresa (personas jurídicas).

A los efectos de la aplicación de los tributos directos que correspondan tributar al concesionario, éstos se calcularán conforme a la legislación tributaria específica Argentina, distribuyéndose la recaudación obtenida en un cincuenta por ciento para cada Parte.

Para la aplicación, fiscalización, percepción y recaudación de los tributos a que se refiere el párrafo anterior -incluyendo las sanciones que pudieren corresponder- se aplicará la legislación tributaria vigente en la República Argentina.

ARTICULO VII

Es libre la contratación por parte del concesionario y con quienes este contrate de personas físicas residentes en los Estados Parte, para que presten servicios en el área de concesión.

1º) Se aplicará la legislación laboral y tributaria del Estado Parte en que el empleador tenga su dirección efectiva, independientemente de la nacionalidad del trabajador.

2º) En lo que respecta a la seguridad social, se observará lo dispuesto en el Acuerdo del 20 de agosto del año 1980, para trabajadores residentes en un país distinto de aquel de su contratista, hasta que sea reglamentada la materia. Vencido el plazo de dos años autorizado por el referido acuerdo sin que haya sido reglamentada la materia, será obligatorio para el empleador, asegurar al trabajador la efectiva realización de los aportes previsionales.

ARTICULO VIII

Los trabajadores que ejerzan sus funciones en el CUF, cualquiera sea su nacionalidad, deberán tener su residencia temporaria o permanente en el país limítrofe o en el país sede.

ARTICULO IX

Los trabajadores ingresarán al CUF en condiciones migratorias especiales, conforme disposiciones establecidas por las autoridades competentes de las Partes Contratantes, con el único y exclusivo objetivo de cumplir sus contratos de trabajo dentro del perímetro del CUF, retornando a su país de residencia al final de la jornada de trabajo.

ARTICULO X

Los trabajadores podrán beneficiarse de las condiciones migratorias especiales referidas en el artículo anterior durante la vigencia de los respectivos contratos de trabajo.

ARTICULO XI

Durante el plazo de la Concesión, el ingreso, circulación y salida de vehículos equipamientos y materiales de propiedad del Concesionario, de con quiénes éste contrate y de personas físicas o jurídicas que ejerzan actividades en el CUF, oriundos de Brasil, de Argentina o de terceros países, deben introducirse mediante procedimientos simplificados y por el régimen de admisión temporaria, conforme lo certificado por la COMAB/DELCON.

1° Los bienes, materiales y equipamiento que se incorporen en forma definitiva al patrimonio de la concesión, estarán libres de gravámenes a la importación.

2° Al final del período de Concesión, los bienes que no hubieran sido incorporados al patrimonio de la concesión o que retornen a cualquiera de los Estados Partes, si no fueran originarios de estos, estarán sujetos a los procedimientos de una importación común.

ARTICULO XII

No será de aplicación lo establecido en el artículo anterior, para los bienes procedentes de terceros países destinados a la comercialización, los que deben introducirse con los tributos que gravan la importación cumplimentando las formalidades del despacho aduanero.

ARTICULO XIII

La COMAB, actuará como enlace entre el concesionario y los organismos coordinadores indicados en la Resolución GMC 03/95, para asegurar los medios necesarios para el funcionamiento del CUF.

ARTICULO XIV

A) Las Partes Contratantes se comprometen a incentivar la instalación de instituciones bancarias en el CUF. Las instituciones que sean designadas o las autoridades administrativas de cualquiera de las Partes Contratantes quedarán autorizadas a instalarse en el CUF.

1° Las referidas instituciones estarán sometidas a los reglamentos de los Bancos Centrales de sus respectivos países, respecto a todas las operaciones bancarias ligadas al tráfico internacional de mercaderías, operaciones de comercio internacional y al transporte internacional de bienes y personas y operaciones análogas que sean desarrolladas en el CUF, quedándose así obligados a instrumentar su operación diariamente, con carácter ininterrumpido.

2° El pago de contribuciones, tributos, gravámenes, tasas que deba realizarse conforme a la legislación de las Partes Contratantes, podrá ser efectuado en la sucursal de los bancos Argentinos o Brasileños localizados en el CUF.

3° Es libre la circulación de valores monetarios practicados por prestadores de servicios o comerciantes establecidos en el CUF.

B) A los efectos de los controles y requisitos registrales de las personas jurídicas que actúen dentro del CUF, se aplicará la normativa correspondiente al país de constitución de las mismas.

ARTICULO XV

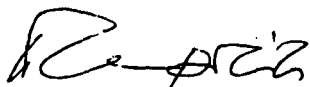
Cualquier comunicación que se produzca dentro del CUF con los territorios de los países sedes y limítrofes serán considerada comunicación interna de cada país. Para este efecto las empresas de comunicación del país limítrofes quedan autorizadas a instalar los medios necesarios para propiciar la comunicación en el CUF.

Párrafo único. Lo dispuesto en la parte final de este artículo abarca las comunicaciones telefónicas, de satélite y de radio.

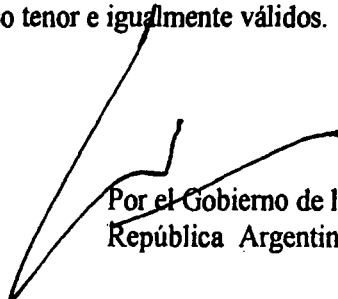
ARTICULO XVI

Cada una de las partes notificará a la otra el cumplimiento de las formalidades internas necesarias para la entrada en vigor del presente Acuerdo, cuya vigencia comenzará a regir en la fecha de la última de esas notificaciones.

Hecho en Brasilia a los 10 días del mes noviembre del año 1997 , en dos ejemplares en portugués y español de idéntico tenor e igualmente válidos.



Por el Gobierno de la
República Federativa del Brasil



Por el Gobierno de la
República Argentina

[TRANSLATION - TRADUCTION]

AGREEMENT BETWEEN THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND
THE ARGENTINE REPUBLIC ON THE FUNCTIONING OF THE SÃO
BORJA-SANTO TOMÉ UNIFIED BORDER CENTRE

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Argentine Republic, hereinafter referred to as "the Contracting Parties";

Considering the need to establish rules additional to the Recife Agreement and complementary rules on the functioning of the Unified Border Centre of the São Borja-Santo Tomé International Bridge;

Have agreed as follows:

Article I

For the purposes of this Agreement:

- (a) "Unified Border Centre" (UBC) means the area delimited by the International Concession Contract, located on the Argentine side, adjacent to the São Borja-Santo Tomé International Bridge, for the purposes of controlling the entry and exit of persons, goods and means of transport and the provision of related services (public or private);
- (b) The Unified Border Centre comprises the Integrated Control Area and other facilities, in accordance with the International Concession Contract;
- (c) The area of the Unified Border Centre is deemed to be a customs zone;
- (d) "Concession Area" means the area defined in the International Concession Contract.

Article II

The entry, transit and exit of workers hired by the private enterprises providing services in the Unified Border Centre shall be authorized by COMAB according to the area in which the worker's activity takes place, at the request of the concession holder.

Article III

Access to the Unified Border Centre by public officials of the Contracting Parties in the exercise of their functions shall be subject to the provisions of the Recife Agreement.

Article IV

Transit by personnel of the concession holder and of its subcontractors shall be free provided that such personnel are duly accredited, within the Concession Area, to engage in their activities in accordance with the operating rules of the Concession.

Single Paragraph. Within the Integrated Control Area, the coordinating agencies of the Contracting Parties shall be responsible for controlling the entry, stay and movements of persons in accordance with the provisions of MERCOSUR/Common Market Group (GMC) resolution 03/95.

Article V

Within the Unified Border Centre, Brazilian and Argentine exclusive areas shall be defined as those extending on either side of the "border point" in accordance with the site plan approved by COMAB. Within the Brazilian exclusive area, the jurisdiction of the Federative Republic of Brazil in respect of taxation, social security and labour law shall extend to any private economic activity taking place in the "private service zones", insofar as the service providers have been authorized by COMAB to engage in their activities, and the services provided are necessary for the normal performance of tasks carried out within the Centre.

Article VI

1. For the collection of indirect taxes on services provided by concession holders or their agents within the Centre, the applicable legislation shall be that of the country of origin of the traffic flow corresponding to the clients or users, insofar as the purpose of the services is to meet users' needs and a charge is paid by the users.

2. Should the provision of services not correspond to the aforementioned criteria, the providers shall pay taxes in accordance with the legislation of their country of residence (physical persons) or the country where the head office of the enterprise is located (legal persons).

3. Any direct taxes to be paid by concession holders shall be calculated in accordance with the appropriate tax legislation of the Argentine Republic, and 50 per cent of the resulting revenue shall be distributed to each of the Contracting Parties.

4. For the imposition, administration, receipt and collection of the taxes referred to in the previous paragraph, including any corresponding penalties, the prevailing tax legislation of the Argentine Republic shall be applicable.

Article VII

Concession holders and their subcontractors may freely hire physical persons resident in either of the States Parties, for the provision of services in the Concession Area.

(1) The applicable labour and tax legislation shall be that of the State Party in which the employer is legally domiciled, regardless of the nationality of the worker.

(2) Regarding social security, the provisions of the Agreement of 20 August 1980 regarding workers resident in a country other than that of the employer shall be applied until appropriate regulations come into force. Should the two-year period authorized by that Agreement expire without such regulations having come into force, the employer shall be obliged to comply with the worker's right to social security benefits.

Article VIII

Workers performing their tasks within the Unified Border Centre, regardless of their nationality, shall have their temporary or permanent residence in the neighbouring country or the host country.

Article IX

Workers shall enter the Unified Border Centre, under special migration arrangements, in accordance with the provisions established by the competent authorities of the Contracting Parties, for the sole and exclusive purpose of fulfilling their work contracts within the limits of the Centre, and shall return to their country of residence at the end of each working day.

Article X

Workers may benefit from the special migration arrangements referred to in the previous article so long as their respective work contracts remain in force.

Article XI

While the Concession is in force, the entry, circulation and exit of vehicles, equipment and materials belonging to the concession holder, its subcontractors or physical or legal persons engaged in activities within the Unified Border Centre who are nationals of Brazil, Argentina or a third State shall enter under simplified procedures and under the temporary-entry regime, as certified by COMAB/DELCON.

(1) Any goods, materials or equipment to be incorporated permanently into the property of the Concession shall be exempt from import duties.

(2) Upon the expiry of the Concession, any goods which have not been incorporated into the property of the Concession or which return to the territory of either State Party, if they did not originate there, shall be subject to the same procedures as ordinary imports.

Article XII

The provisions of the previous article shall not apply to goods from third States imported for commercial purposes; import duties shall be paid on these, and the usual customs formalities shall apply.

Article XIII

COMAB shall act as a link between the concession holder and the coordinating agencies listed in Common Market Group resolution 03/95, to ensure the necessary means for the functioning of the Centre.

Article XIV

1. The Contracting Parties undertake to promote the installation of banking institutions in the Centre. The institutions designated by the administrative authorities of either of the Contracting Parties shall be authorized to establish premises within the Centre.

(1) The aforementioned institutions shall be subject to the regulations of the central banks of their respective countries, in relation to all banking transactions connected with international trade in merchandise, international commercial transactions and the international transport of goods and persons and similar transactions which take place within the Centre; thus, they shall be obliged to document their operations on a daily basis, without interruption.

(2) Any taxes, levies, duties or charges due under the legislation of the Contracting Parties may be paid at the branches of Argentine or Brazilian banks located within the Centre.

(3) Monetary instruments used by service providers or traders established within the Centre may circulate freely.

2. The legal rules for the supervision and registration requirements applying to legal persons acting within the Centre shall be those of the country in which those legal persons are established.

Article XV

Any communication taking place between the Centre and the territories of the neighbouring or host countries shall be deemed internal communications within each country. To this end, the communications firms in the neighbouring countries shall be authorized to install the necessary means for communication within the Centre.

Single paragraph. The provisions of the final part of this article shall include telephone, satellite and radio communications.

Article XVI

Each Party shall notify the other of the completion of the domestic formalities necessary for the entry into force of this Agreement, which shall enter into force on the date of the latter such notification.

Done at Brasília on 10 November 1997, in two originals, in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally valid.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

LUIZ FELIPE LAMPREIA
Minister of State for Foreign Affairs

For the Government of the Argentine Republic:

GUIDO DI TELLA
Minister for Foreign Affairs

[TRANSLATION - TRADUCTION]

ACCORD ENTRE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LA
RÉPUBLIQUE ARGENTINE RELATIF AU FONCTIONNEMENT DU
CENTRE UNIQUE FRONTALIER DE SÃO BORJA-SANTO TOMÉ

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République argentine (ci-après dénommés “les Parties”),

Compte tenu de la nécessité d'établir des règles additionnelles à l'Accord de Recife, ainsi que des dispositions complémentaires concernant le fonctionnement du Centre unifié frontalier du pont international São Borja-Santo Tomé,

Conviennent comme suit :

Article premier

Aux fins du présent Accord :

a) L'expression “Centre unifié frontalier” (CUF) s'entend de la zone délimitée conformément au Contrat international de concession, sise sur la rive argentine, adjacente au pont international São Borja-Santo Tomé, qui est destinée au contrôle de l'entrée et de la sortie des personnes, marchandises et véhicules, ainsi qu'à la prestation de services connexes (d'ordre public ou privé);

b) Le Centre unifié frontalier comprend la zone de contrôle intégré et autres installations, conformément au Contrat international de concession;

c) La zone du Centre unifié frontalier est considérée comme zone douanière;

d) L'expression “zone en concession” s'entend de la zone définie dans le Contrat international de concession.

Article II

L'entrée, la circulation et la sortie du personnel engagé par les entreprises privées prestataires de services dans le Centre unifié frontalier sont autorisés par la COMAB, à la demande du concessionnaire, selon le secteur dans lequel chaque membre du personnel exerce son activité.

Article III

L'accès des fonctionnaires publics des Parties contractantes au Centre unifié frontalier, pour y exercer leurs fonctions, respecte les dispositions de l'Accord de Recife.

Article IV

Le personnel du concessionnaire et de ses sous-traitants peut librement circuler dans la zone en concession pour exercer ses activités, comme en dispose le règlement d'exploitation de la concession.

Paragraphe unique. Dans la zone de contrôle intégré, la discipline relative à l'entrée, au séjour et aux mouvements des personnes ressortit aux organes coordonnateurs des Parties contractantes, comme en dispose la résolution MERCOSUR/GMC n° 03/95.

Article V

Un espace exclusif brésilien et un espace exclusif argentin, situés de part et d'autre du "point frontière", sont délimités dans le CUF, conformément au plan approuvé par la COMAB. Dans l'espace exclusif brésilien, la compétence de la République fédérative du Brésil s'exerce en matière d'impôts, de prévoyance sociale et de droit du travail à l'égard des activités d'ordre privé qui se déroulent dans les "zones de services privés", dans la mesure où lesdits services sont autorisés par la COMAB à exercer leurs activités et où ils sont nécessaires au fonctionnement normal du CUF.

Article VI

1. Aux fins du recouvrement des impôts indirects grevant les services fournis dans l'enceinte du CUF par le concessionnaire ou par ceux qui les fournissent au nom du concessionnaire, la législation applicable est celle du pays dont sortent les véhicules des clients ou usagers, dans la mesure où lesdits services visent à répondre aux besoins des usagers et où ils sont payants.

2. Les services dont la fourniture ne répond pas aux conditions susmentionnées sont imposés conformément à la législation du pays de résidence (dans le cas de personnes physiques) ou du pays de domiciliation fiscale de l'entreprise (dans le cas de personnes morales).

3. Les impôts directs dont le concessionnaire est redevable sont calculés conformément à la législation fiscale spécifique de la République argentine, les montants recouverts étant répartis entre les Parties à raison de 50 % chacune.

4. Les impôts visés au paragraphe antérieur y compris d'éventuelles sanctions sont appliqués, contrôlés, perçus et recouverts conformément à la législation fiscale en vigueur en République argentine.

Article VII

Le concessionnaire et ses sous-traitants peuvent engager librement, aux fins de la fourniture de services dans la zone en concession, des personnes physiques qui sont des résidents de l'un ou de l'autre des États Parties.

Paragraphe 1 : Le droit du travail et la législation fiscale de l'État Partie dans lequel l'employeur a son domicile fiscal s'appliquent indépendamment de la nationalité du travailleur.

Paragraphe 2 : En matière de prévoyance sociale, les dispositions de l'Accord du 20 août 1980 s'appliquent au cas des travailleurs qui sont des résidents d'un pays autre que celui de leur employeur en attendant que la question soit réglée. Si la question n'est pas réglée à l'expiration du délai de deux ans prévu par ledit Accord, l'employeur sera tenu d'assurer au travailleur le versement effectif des cotisations sociales.

Article VIII

Les travailleurs qui exercent leur activité dans le CUF, quelle que soit leur nationalité, doivent être des résidents temporaires ou permanents soit du pays limitrophe soit du pays siège.

Article IX

Les travailleurs sont admis dans l'enceinte du CUF en régime migratoire spécial, conformément aux dispositions établies par les autorités compétentes des Parties contractantes, aux seules fins d'y exécuter leur contrat de travail, et ils rentrent dans leur pays de résidence à la fin de la journée de travail.

Article X

Les travailleurs sont admissibles au régime migratoire spécial mentionné à l'article précédent pendant la durée de leur contrat de travail.

Article XI

Pendant la durée de la concession, l'entrée, la circulation et la sortie de véhicules, d'équipements et de matériels appartenant au concessionnaire, à ses sous-traitants ou à des personnes physiques ou morales exerçant des activités dans le CUF, originaires du Brésil, de l'Argentine ou de tiers pays, sont assujetties à une procédure simplifiée en régime d'admission temporaire selon certification de la COMAB/DELCON.

Paragraphe 1 : Les biens, matériels et équipements qui sont incorporés à titre définitif à l'actif de la concession sont exempts de tout prélèvement à l'importation.

Paragraphe 2 : À la fin de la période de la concession, les biens qui ne sont pas incorporés à l'actif de la concession ou qui sont acheminés à destination d'un État Partie dont ils ne proviennent pas à l'origine sont assujettis au régime courant d'importation.

Article XII

Les biens provenant de tiers pays et destinés à être commercialisés ne bénéficient pas des dispositions de l'article précédent; ils sont assujettis à droit d'entrée et aux formalités de dédouanement.

Article XIII

La COMAB fait la liaison entre le concessionnaire et les organismes coordonnateurs désignés dans la résolution GMC 03/95, afin d'assurer les moyens nécessaires au fonctionnement du CUF.

Article XIV

1. Les Parties contractantes s'engagent à favoriser l'installation d'établissements bancaires dans le CUF. Les établissements désignés par les autorités administratives de l'une ou l'autre des Parties contractantes sont autorisés à s'installer dans le CUF.

Paragraphe 1 : Lesdits établissements étant assujettis aux règlements de la banque centrale de leur pays respectif en ce qui concerne toutes les opérations bancaires relatives au trafic international de marchandises, aux opérations commerciales internationales et au transport international de biens et de personnes, ainsi qu'aux opérations connexes se déroulant dans le CUF, ils doivent donc fonctionner quotidiennement sans interruption.

Paragraphe 2 : Les contributions, impôts, prélèvements, droits et taxes exigibles en application de la législation des Parties contractantes peuvent être acquittés auprès des succursales des banques brésiliennes et argentines situées dans le CUF.

Paragraphe 3 : Les prestataires de services et commerçants établis dans le CUF peuvent librement échanger entre eux des effets monétaires.

2. Le contrôle et l'enregistrement des personnes morales qui exercent leur activité à l'intérieur du CUF sont régis par le règlement du pays où ces personnes morales sont constituées.

Article XV

Toute communication entre l'intérieur du CUF et le territoire du pays limitrophe ou du pays siège est considérée comme une communication interne de ce pays. Pour ce faire, les entreprises de communications du pays limitrophe sont autorisées à installer les moyens nécessaires pour assurer les communications à l'intérieur du CUF.

Paragraphe unique : Les dispositions de la dernière partie du présent article s'appliquent notamment aux communications téléphoniques, satellitaires et hertziennes.

Article XVI

Chacune des Parties notifie à l'autre l'accomplissement des formalités internes nécessaires à l'entrée en vigueur du présent Accord, qui déploie ses effets dès la date de la dernière notification.